

ANDERSON RODRIGUES
ROSANGELA RODRIGUES
LAURA BEATRIZ OLIVEIRA
MARIA GABRIELA TAVARES RHEINGANTZ
LUCIANE DA SILVA MARTINS
DIEGO BRIÃO SIMÕES



RESUMO

Dados da Organização Mundial da Saúde (2011) mostram que 14,8% de brasileiros possuem problemas ligados à audição, com índice de aumento. Essa situação determina que diariamente enfrentem o desafio de interagir com as demais pessoas, que não são surdas, muitas vezes até mesmo os seus próprios familiares (SANTANA, 2007). A leitura labial e a expressão em LIBRAS surgiram como formas para amenizar as dificuldades de comunicação, e evitar que se isolem em grupos, pois exploram a visão, que constitui a primeira ferramenta utilizada na busca da comunicação (FERBRABAN, 2006). O reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como língua oficial da República Federativa do Brasil (Lei no 10.463/2002), contribuiu para inclusão social do surdo, pois propiciou visibilidade social a esse grupo minoritário linguístico e permitiu, por força da lei, que fossem oficializadas ações que antes ocorriam de modo informal. Em conjunto com a tecnologia digital, possibilitou um novo caminho para a transmissão do conhecimento de forma prática e atraente e a expressão da identidade e da cultura surdas no espaço virtual. Atualmente estão disponíveis tecnologias digitais que contribuem como um excelente meio de aprendizagem, participação social e ampliação do exercício da cidadania. A tecnologia possibilita que, embora o surdo esteja inserido em uma sociedade que utiliza a língua oral, também esteja ligado a espaços e pessoas que se comunicam em LIBRAS. Portanto, o objetivo da utilização dos recursos tecnológicos foi facilitar o processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos de escolas de educação básica de Pelotas, no curso de capacitação em técnicas histólogicas em LIBRAS, através de ferramentas que explorem a visão e estimulem o aprendizado.

Palavras Chave: Software, Surdos, Língua de sinais.

REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da Declaração de Salamanca (1994), o Brasil, como outros países, tem visualizado a necessidade de viabilizar políticas, leis e programas voltados à inclusão social. A inclusão social visa promover formas de vida, de aprendizagem, e de trabalho entre as pessoas, sem a estigmatização e a segregação do ser humano (UNESCO, 1994). Por muitos anos as pessoas surdas foram privadas da alfabetização e da instrução, sendo vistas como incapazes de aprender a ler e a escrever, realizando somente trabalhos que não exigiam qualificação. Verificou-se com o tempo, que poderiam ser inseridos na sociedade substituindo-se a linguagem oral pela escrita. O Congresso Internacional de Educadores Surdos, em Milão, no final do século XIX, promoveu um debate entre oralistas e gestualistas a respeito do tipo de educação que os surdos deveriam receber. Entretanto, o oralismo saiu vencedor, porque excluíram os professores surdos da votação, sendo o uso da língua de sinais oficialmente abolido nas escolas (SACKS, 1998 apud GONÇALVES, 2013). Dessa forma, as crianças surdas foram impedidas de efetuar uma comunicação gestual-visual que propiciaria trocas sociais e constituição de sua identidade surda. Com o tempo, ocorreu o reconhecimento da língua de sinais, e o bilinguismo tornou-se o modelo adotado pela comunidade surda. Nele a língua de sinais é a língua natural, sendo o português a segunda língua, na modalidade escrita. Segundo PEIXOTO (2006),



reconhecer a condição bilíngue do surdo implica aceitar que ele transita entre essas duas línguas e que se constitui e se forma a partir delas. É na língua de sinais que as interações reais e virtuais acontecem, possibilitando que os surdos possam interagir com a sociedade, compartilhando experiências, através das tecnologias digitais, que estão se tornando cada vez mais acessíveis à grande parcela da população. Entretanto, apesar de todas essas conquistas, ainda existe no mercado de trabalho a falsa ideia de que a comunicação será um entrave. A pessoa que apresenta algum tipo de restrição está sujeita à discriminação, pelo fato de não se enquadrar no padrão da maioria do grupo de trabalho. Muitas vezes esse tipo de preconceito manifesta-se por meio de situações constrangedoras ou comportamentos segregatórios, gerando sentimentos de inferioridade que afetam a sua autoestima. Por isso, não basta apenas colocá-los junto com os outros e achar que a inclusão foi realizada. A inclusão envolve a valorização da diversidade humana através da procura do que o outro tem a oferecer, e a aceitação das diferenças individuais. A Lei nº 8.213, Art. 93, 1991, colaborou para aumentar as cotas para inclusão no mercado de trabalho. Entretanto, o preconceito aflora e a exclusão impera, por ser desconhecido o talento e a capacidade das pessoas com deficiência. Não basta, portanto, que se criem leis para a inclusão e integração das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. É necessário que sejam desenvolvidas políticas públicas eficazes, para trazer suas habilidades ao conhecimento de todos, e fazer com que esse reconhecimento promova a aceitação e efetiva contratação desse público, de forma plena e natural.

CAPACITAÇÃO PARA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O trabalho influencia o comportamento, a rotina e as relações afetivas das pessoas, pois é fonte de realização pessoal e formação de identidade, por isso todo indivíduo anseia pelo momento em que sua força de trabalho se transforme em retribuição monetária e de outros benefícios. Portanto, como qualquer outro cidadão, o deficiente auditivo deve ter garantido seu acesso a todas as vantagens e oportunidades (CARVALHO, 2011). Somente a sua integração no mercado de trabalho permitirá que adquira independência financeira e se sinta produtivo dentro do ambiente social em que vive; desejo comum a toda e qualquer pessoa. Em 1991 passou a vigorar a lei que determina que "A empresa, com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência" (BRASIL, Lei nº 8.213, Art. 93, 1991). No entanto, para que o indivíduo alcance a qualificação necessária para o ingresso efetivo no mercado de trabalho, esta inserção precisa dar-se através da habilitação profissional. Pois a "inclusão", sem critério, incorpora o surdo sem o preparo adequado para tornar-se produtivo, o que gera um ambiente sem trocas de aprendizado e experiências. Também é muito importante a acessibilidade atitudinal, que é a quebra de barreiras



nas atitudes das pessoas, pois promove a eliminação do preconceito através do respeito para com suas diferenças e habilidades próprias (Cartilha da inclusão dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, 2006). Quando não há solidariedade com o portador de necessidades especiais, o processo de inclusão não ocorre de forma efetiva, pois a integração social é necessária para que se sinta como parte do grupo (VIANA, 2010). A capacitação do portador de necessidades especiais para o mercado de trabalho deve visar o desenvolvimento intelectual relacionado à função que irá desempenhar, e não a aplicação metódica e repetitiva de uma atividade que não construa um conhecimento significativo. Por apropriar-se do conhecimento que não deve ser priorizado aos ouvintes, mas disponível a todos, como ferramenta essencial para vencer as barreiras do preconceito e exclusão, terá o suporte necessário para construir a sua autonomia. Desta forma, sairá qualificado para o mercado de trabalho, apresentando a confiança adquirida pelo conhecimento aliado à prática.

A inclusão de portadores de deficiência auditiva no mercado de trabalho, com qualificação acadêmica e profissionalizante adequada, é essencial a fim de equiparar as oportunidades entre surdos e ouvintes, visto que estes possuem habilidades análogas. Além disso, em muitas atividades superam os ouvintes, como foi observado em atividades na área de informática e de técnicas de laboratório, que são atividades minuciosas, que exigem concentração prolongada e exploram o sentido da visão.

Uma sociedade inclusiva não pode enfatizar as características que diferem ouvintes e deficientes auditivos e utilizá-las como empecilho, pelo contrário, uma sociedade democrática requer adaptação aos seus cidadãos a fim de equipará-los (SASSAKI, 1997). Desta forma, devemos explorar as individualidades e apostar no potencial do portador de necessidades especiais, pois “a sociedade inclusiva tem como principal objetivo oferecer oportunidades iguais para que cada pessoa seja autônoma e autossuficiente” (FEBRABAN, 2006). Para trabalhar com a inserção de pessoas, seja na universidade ou no mercado de trabalho, é preciso visar o seu aprimoramento e crescimento individual, a fim de que elas se tornem independentes e influenciem outros a seguir neste caminho, levando a ideia de igualdade e inclusão a toda comunidade. Por isso o Decreto nº 3.298/1999, Art. 32, salienta ser essencial propiciar não somente uma colocação no mercado de trabalho, mas garantir sua permanência e progresso.

IMPORTÂNCIA DE METODOLOGIAS QUE PRIORIZEM A LÍNGUA DE SINAIS E ASPECTOS VISUAIS

Para o desenvolvimento humano, é essencial a aquisição da linguagem, tanto para uma pessoa ouvinte como para uma surda (SACKS, 2010). O domínio da língua ocorre de forma contextualizada em práticas significativas da criança com seus interlocutores no dia a dia (REILY, 2008).



Entretanto, segundo Sacks (2010), a situação é diferente quando a audição está ausente ou é perdida antes de a língua ser adquirida. Neste caso, a não ser que se tomem providências, essa situação pode ocasionar prejuízo ao seu desenvolvimento emocional e social. O desenvolvimento de funções psicológicas superiores não ocorre de maneira automática, necessita mediação, um instrumento cultural, e o mais importante destes é a língua (VYGOTSKY, 1991). Como os instrumentos culturais, as línguas foram desenvolvidas para a pessoa sem deficiência, a pessoa com deficiência auditiva precisa de um instrumento cultural alternativo, a língua de sinais, uma língua que respeita sua diferença e sua singularidade, pois faz uso das funções visuais, que quando intactas, permitem seu desenvolvimento.

Para a comunidade surda, deficiente auditivo é o que não participa de Associações e não sabe a língua de sinais, e surdo é aquele alfabetizado e que utiliza a língua de sinais como língua materna. Portanto, a língua de sinais não é somente uma alternativa à comunicação do surdo, mas a língua oficial dessa comunidade, por isso é importante que nas instituições educacionais cada vez mais haja pessoas capacitadas para comunicar-se em Libras com fluência (ASTRA, 2015). Pois, se o aluno não conseguir se comunicar e participar em atividades extracurriculares com os colegas, pode se sentir isolado mesmo com o auxílio de intérpretes. Ao passo que o ouvinte usa a cultura visual e a cultura do som, a comunidade surda usa a cultura visual com características próprias, como a utilização da língua de sinais e da língua escrita. O respeito à experiência visual-espacial e linguística desses alunos no processo educativo, assim como a utilização de práticas pedagógicas que viabilizem os saberes surdos, são fundamentais para promover a inclusão (SILVA, 2012).

Durante anos, a mediação pedagógica foi realizada somente através do quadro negro, do giz e do livro; entretanto, com o advento do computador, as possibilidades se expandiram e invadiram as instâncias educacionais. Dessa forma, os professores precisam rever os paradigmas sobre a educação e enfrentar o desafio de propor atividades pedagógicas inovadoras, possibilitando novos modos de aprendizagem (ALAVA, 2002). Os programas e os protocolos de comunicação, que recebem o nome de software, contribuíram para o computador se tornar, na área da educação, em um dos mais versáteis mediadores tecnológicos. Os softwares possibilitam aos alunos levantar hipóteses, fazer interferências e tirar conclusões colaborando, portanto, para estimular o desenvolvimento do raciocínio lógico e, conseqüentemente, da autonomia. Quando utilizados de forma adequada, os recursos tecnológicos auxiliam no processo de construção do conhecimento, pois tornam o processo de ensino-aprendizagem mais estimulante. Esses recursos de forma alguma substituem a figura do professor, mas ao contrário, exigem que este adquira uma nova linguagem para saber manejar de forma criativa a oferta tecnológica (JUCÁ, 2006).

Segundo Freire (1997) "é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática". Portanto, rever os métodos utilizados no processo de ensino aprendizagem e avaliar como os recursos tecnológicos podem contribuir no processo de construção do



conhecimento, deveria ser uma prática constante, pois segundo LEMOS (2002) diariamente novas ferramentas midiáticas são incubadas a rede. A web proporciona maleabilidade e plasticidade, de forma que a internet é capaz de conter uma gama de configurações comunicacionais. Do ponto de vista social, como possuem um vasto potencial para ser e diferenciar-se, os espaços digitais seriam como folhas em branco ou células-tronco. O ciberespaço proporciona diversas atividades interativas, comunitárias e imaginárias da vida social, destacando-se cada vez mais como um lugar de intensa sociabilidade.

Os surdos são extremamente fascinados pela interatividade, pois é uma oportunidade de participarem ativamente e expressarem suas opiniões. Entretanto, mencionam a linguagem como principal dificuldade encontrada nas redes, minimizados pela exploração de recursos visuais, como por exemplo, postagens e compartilhamento de vídeos. O ambiente conversacional e interativo do Facebook possibilita o desenvolvimento de processos colaborativos de aprendizagem (SANTANELLA, 2013). Esse ambiente é tão fascinante para os alunos surdos que, em uma pesquisa, 40% afirmaram ficarem mais de 3 horas diárias conectados no Facebook. Essa assiduidade ocorre porque os espaços sociais são ambientes principalmente gregários, independente das limitações e diferenças que possuem. Esses espaços sociais contribuem para um usuário mais ativo, ávido por informações, aberto as inovações e num permanente processo de aprendizagem. Outro recurso muito utilizado pela comunidade surda é o WhatsApp, pois permite comunicação em tempo real ou com menor tempo de resposta, envio de vídeos e organização da informação através da formação de grupos. Permite também o compartilhamento a partir de vários lugares, dando uma sensação de onipresença e de estarem simultaneamente conectados e integrados no espaço socioeducacional.

Sendo assim, esse cenário é um ambiente propício para ser utilizado com práticas pedagógicas que favoreçam a experiência visual, para facilitar a aprendizagem e consolidar novas competências sociais, emocionais e cognitivas.

METODOLOGIA

O projeto "CURSO DE TÉCNICAS HISTOLÓGICAS EM LIBRAS: UM INTERCÂMBIO DE APRENDIZADO ENTRE A UFPEL E ALUNOS DO COLÉGIO MUNICIPAL PELOTENSE" foi desenvolvido no ano de 2014, no Departamento de Morfologia da Universidade Federal de Pelotas, para capacitação de 14 alunos surdos ou deficientes auditivos, em técnicas histológicas utilizadas em laboratórios de histopatologia. Estes alunos cursavam o Ensino Médio no Colégio Municipal Pelotense. A equipe executora era constituída por professores e técnicos da disciplina de Histologia, acadêmicos do curso de Farmácia e Ciências Biológicas da UFPel, acadêmicos do curso de Engenharia Elétrica do IFSul e intérpretes em LIBRAS.

Como auxílio para a realização das aulas práticas, foi elaborado um manual simples, prático e objetivo, com todas as etapas do processo das técnicas histológicas, adaptado para facilitar a leitura



e a compreensão das técnicas histológicas pelos alunos surdos. Foi desenvolvido também um software, para propiciar a identificação de equipamentos e vidrarias e permitir a avaliação do processo de ensino-aprendizagem. O software foi desenvolvido no programa Visual Studio, e associa imagens de vidrarias e equipamentos com trinta e cinco alternativas de múltipla escolha em português. Apresenta o recurso de armazenar os resultados sempre que for acessado, gerando um banco de dados que possibilita consultas sobre a data de acesso, nome do aluno, número de acertos por questão e o tempo que levou para escolher cada alternativa. Possibilita também consultas sobre o jogador com mais acertos e as questões com mais acertos. O software foi utilizado tanto para os alunos se apropriarem do conhecimento como também para as avaliações. O manual e o software foram instalados em notebooks do projeto e foram usados durante as aulas. O manual foi utilizado semanalmente nas aulas práticas e o software, geralmente, mensalmente. Durante as aulas os alunos também utilizaram um equipamento denominado de sistema de captura de imagens, que consiste em um microscópio conectado a uma câmera e a um computador, permitindo que as imagens das lâminas histológicas sejam fotografadas, armazenadas e disponibilizadas para compartilhamento de diagnóstico em outros locais, simultaneamente. As aulas foram ministradas com apoio de monitores e intérpretes. Foi criado também, pela equipe executora, um blog para propiciar divulgação dos trabalhos e intercâmbio entre a equipe e os alunos. Além disso, foram criados pelos alunos um grupo no WhatsApp e outro no Facebook, para compartilhamento de informações.

A constatação da eficácia da utilização destes recursos tecnológicos no aprendizado dos alunos estimulou o desenvolvimento de outros softwares, que propiciarão ordenar as etapas do processo de obtenção da lâmina histológica e estudar os tecidos e órgãos do corpo.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Foi observado que a apresentação das etapas do processo no manual, de forma prática e objetiva, facilitou a sua compreensão pelos alunos. A disponibilidade on-line do manual propiciou a integração e cooperação entre o grupo durante as aulas (Figura 1), e possibilitou o esclarecimento e a apropriação de termos científicos, desconhecidos tanto pelos intérpretes como pelos alunos surdos.

O software ajudou a consolidar a nomenclatura dos materiais de forma descontraída e no ritmo de cada um, possibilitando revelar a habilidade que estes alunos geralmente demonstram em atividades visuais e relacionadas à informática (Figura 2). A associação de imagens com a nomenclatura foi fundamental para eficiência do processo de aprendizagem, pois a visão é a primeira ferramenta utilizada por esta comunidade de alunos na busca da comunicação. A avaliação das médias obtidas, no primeiro ano do projeto, após sete acessos consecutivos, revelou a evolução dos alunos na apropriação da nomenclatura (Figura 3). Foi observado que o software consistiu em um



desafio prazeroso aos alunos, que se empenharam durante as aulas para utilizá-lo como ferramenta para fixação do conteúdo a ser aprendido. Como o banco de dados possibilitou também informação individual sobre as questões corretas ou incorretas, foi possível perceber que alguns alunos que pareciam dispersos superaram os demais na compreensão e assimilação do conteúdo. Passamos a ver estes alunos com outros olhos e percebemos que tinham habilidades individuais que podiam ser exploradas e canalizadas para auxílio aos demais, e alguns hoje atuam como monitores surdos na nova etapa do projeto. O software serviu também para a equipe executora detectar as questões que tiveram menor quantidade de acertos (Figura 4). Essas questões foram analisadas, comparadas com outros acessos subsequentes e discutidas com os alunos e a equipe para saber o motivo da dificuldade em relacionar a imagem do material com sua denominação.

No processo de captura de imagens (Figura 5), foi possível perceber a familiarização dos alunos ao utilizar os recursos tecnológicos como elementos facilitadores para a comunicação, o que propiciou facilidade no entendimento do seu funcionamento e manipulação. Procuramos explorar o sentido visual e a objetividade na demonstração, o que certamente contribuiu para o entendimento. O uso do blog (<http://histolibras.blogspot.com.br>) foi uma ferramenta útil para intercâmbio entre a equipe executora e os alunos, pois permitiu integração e facilidade de comunicação e também a difusão de informações, pois continha fotos do curso e os trabalhos apresentados nos eventos. Além do mais, a ampla divulgação pelos alunos nas redes sociais, onde repassaram informações sobre o curso com entusiasmo, motivou a procura de algumas pessoas com solicitação para ingresso. Motivou também a divulgação do curso no Jornal impresso de maior circulação da cidade, o que resultou na parceria com uma assistente social que está auxiliando na canalização de vagas de emprego para os alunos do curso. A inserção destes alunos de forma adequada fez com que fossem pioneiros em abrir as portas para sucessivas colocações e capacitações cada vez mais abrangentes. Os resultados indicaram que propiciar qualificação com recursos que atendam às necessidades dos alunos surdos promove segurança e autonomia aos mesmos e tem o poder de desmistificar a ideia de que estes não são capazes de assumir determinadas tarefas.

A interação entre os alunos com deficiência auditiva e a equipe propiciou um intercâmbio com troca de experiências que apresentou resultados excelentes. A cada dia foi observada uma integração maior e facilidade de comunicação, revelando que o convívio com a diferença traz benefícios para todos os envolvidos.

O evento de encerramento do projeto evidenciou a importância de utilizarmos recursos disponíveis para propiciarmos ações que promovam a qualificação de pessoas com necessidades especiais, pois todos estavam presentes com seus familiares, determinados a galgar os passos para a autonomia. Portanto, as perspectivas são de oportunizarmos monitoria para alguns alunos egressos, incentivar o ingresso em cursos de graduação na área biológica e inseri-los na iniciação científica.



Figura 1. Utilização do manual durante as aulas



Figura 2. a) Utilização do software; b) Print screen do software.



Figura 3. Gráfico com média de acertos em sete acessos consecutivos.

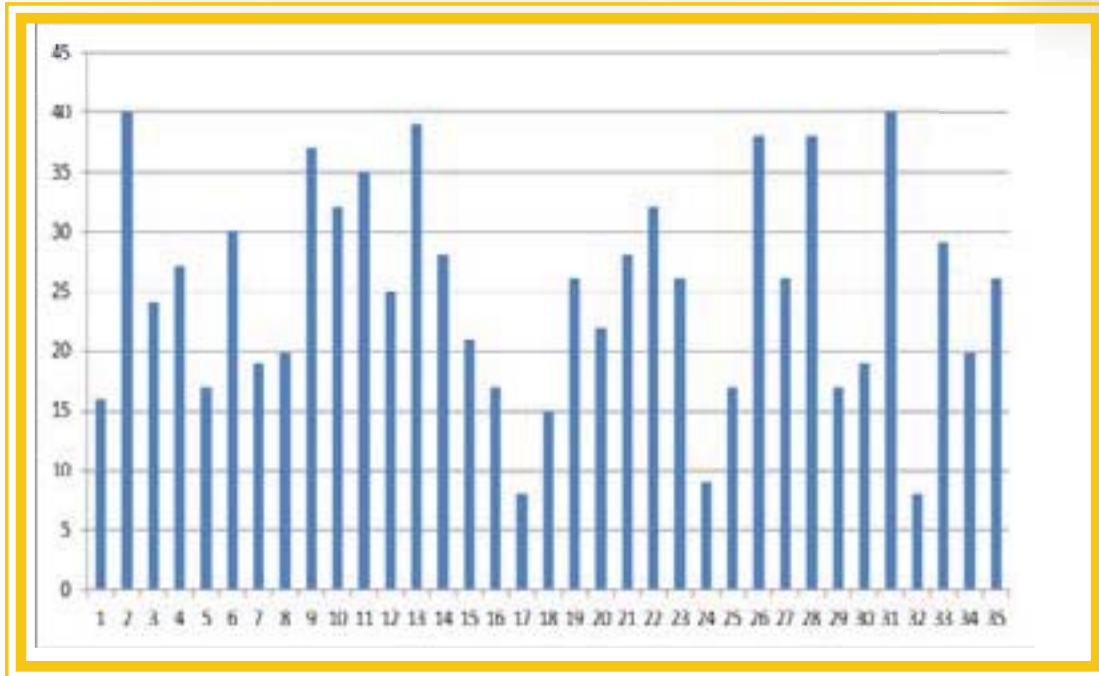


Figura 4. Gráfico com índice de acerto em cada questão.



Figura 5. a) Demonstração sistema captura de imagens; b) Utilização individual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados observados foram os esperados pela equipe de trabalho, pois a língua das pessoas surdas é visual-espacial. Portanto, as interações através de metodologias que exploraram o sentido visual facilitaram a compreensão e a fixação do conteúdo. Os recursos tecnológicos foram recebidos com entusiasmo e favoreceram o aprendizado, sendo possível observar que os alunos



possuem uma capacidade excelente para memorização visual. Pretendemos atualizar o software com mais recursos, desenvolver softwares relacionados às etapas do processo de obtenção de lâminas histológicas dos tecidos e órgãos do corpo e realizar a compilação final dos dados, para apresentação aos parceiros, objetivando a avaliação do projeto. A cada dia percebemos uma maior integração e facilidade de comunicação entre os estudantes surdos e a equipe de profissionais da equipe executora, revelando que o convívio com a diferença traz benefícios para todos os envolvidos.

O empenho da equipe em buscar alternativas para facilitar o processo de aprendizagem mostrou que não basta falar em direitos humanos de pessoas com deficiência, mas sim agir para propiciar condições desses direitos serem colocados em prática. Somente a ação de propiciar qualificação específica pode promover segurança e autonomia, e tem o poder de desmistificar a ideia de que os deficientes não são capazes de assumir tarefas mais abrangentes. Observamos que os recursos utilizados facilitaram a comunicação e contribuíram para a integração, a elevação da autoestima, o entusiasmo dos alunos surdos por um futuro promissor e a revelação de muitas habilidades, conforme foi relatado nos locais de estágios, onde 78% dos alunos egressos da primeira etapa do curso foram inseridos.

Esperamos que os softwares desenvolvidos e os recursos utilizados contribuam para o aprendizado de todos os alunos surdos e para a formação de profissionais competentes, aptos a ingressarem no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALAVA, S. **Ciberespaço e formações abertas: Rumo a novas práticas educacionais?** Porto Alegre: Editora ArtMed, 2002.

ASTRA, P. V. D. A importância da língua de sinais para o desenvolvimento da pessoa surda: a noção de inclusão associada ao sentimento de pertencimento no espaço escolar. In: **Revista Educação Especial**, Santa Maria, vol. 28, nº 51, p.118 – 129, 2015.

BRASIL, **Planos de Benefícios da Previdência Social**. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Presidência da República, Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos, DF, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm Acesso em: 16/07/2014.

CARVALHO, R. P. Q. **O surdo e o mercado de trabalho: conquistas e desafios**. WebArtigos.com, 2011. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-surdo-e-omercado-de-trabalho-conquistas-e-desafios/62596/#ixzz4IqsZr7nY>. Acessado em 15 de agosto 2015.

FEBRABAN, 2006. **A ação de recursos humanos e a inclusão de pessoas com deficiência**. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/arquivo/cartilha/publicacaoinclusao.asp>. Acesso em: 03 Mar. 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 1997.



GONÇALVES, H. B.; FESTA, P. S. V. Metodologia do professor no ensino de alunos surdos. In: **Ensaaios Pedagógicos**. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET, dez, 2013. Disponível em: www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n6/ARTIGOPRISCILA.pdf . Acessado em 19 de agosto de 2016.

JUCÁ, S. C. S. A relevância dos *softwares* educativos na educação profissional. **Revista Ciência e cognição**. Rio de Janeiro, ago, vol.8, p. 22-28, 2006.

Lei Federal nº10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, 2002.

LEMOS, A. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

Organização Mundial da Saúde - OMS (2011). Disponível em : <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/06/10/>. Acesso em: 03. Mar. 2013.

PEIXOTO, R.C. Algumas considerações sobre a interface entre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 26, nº 69, p.205-229, 2006.

PEREIRA, S. L. S.; PERLIN, G. Redes Sociais Digitais: o pervasivo, o fluído e o gregário na educação bilíngue de surdos. In: BUSARELLO, R. I.; BIEGING, P.; ULBRICHT, V. R. (Org.). **Inovação em práticas e tecnologias para aprendizagem**. São Paulo: Pimenta Cultural, p.212 – 234, 2015.

REILY, L. **Escola inclusiva: Linguagem e mediação**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2008.

SACKS, O. **Vendo Vozes. Uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SANTAELLA, L. **Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação**. São Paulo: Paulus, 2013.

SANTANA, A.P. **Surdez e Linguagem**. São Paulo: Plexus, 2007.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. R. J: WVA, 1997.

SILVA, S. G. L. Pedagogia Surda e ensino de Língua Portuguesa para surdos. In: PERLIN, G.; STUMPF, M. (Org.). **Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas**. Curitiba, PR: CRV, 2012.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação - Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade**. 1994. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>>. Acessado em 25 de julho de 2011.

VIANA, A. S. **A Inserção dos Surdos no Mercado de Trabalho: Políticas Públicas, Práticas Organizacionais e Realidades Subjetivas**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www2.unigranrio.br/pos/stricto/mest-adm/pdf/dissertacoes/dissertacao-alvanei-dossantos-viana.pdf> Acesso em: 16/07/2014.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.